

INSTALADO em Campinas o primeiro Seminário Latino-Americano sobre os problemas da terra: falaram na sessão inaugural o ministro da agricultura, o governador do estado e o representante da FAO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 maio 1953.

INSTALADO EM CAMPINAS

O PRIMEIRO SEMINARIO

LATINO-AMERICANO SOBRE

OS PROBLEMAS DA TERRA

FALARAM NA SESSÃO INAUGURAL O MINISTRO DA AGRICULTURA, O GOVERNADOR DO ESTADO E O REPRESENTANTE DA FAO

DESIGNADAS AS COMISSÕES DE ESTUDO DAS TESES APRESENTADAS

CAMPINAS, 26 (Sucursal) — Foram hoje oficialmente instalados às 15,30 hs. no edifício do Instituto de Educação "Carlos Gomes" os trabalhos do 1.º Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra, que é realizado sob os auspícios da ONU. Encontram-se nesta cidade 71 técnicos representando 16 países.

MESA QUE PRESIDIU O CERTAME

Integraram a Mesa que presidiu os trabalhos desta tarde os srs. João Cleofas, Ministro da Agricultura; prof. Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado; sr. João Pacheco e Chaves, secretário da Agricultura de São Paulo; prof. Josué de Castro, dr. Wahlen Casseres; sr. Antonio Mendonça de Barros, prefeito municipal de Campinas; d. Paulo de Tarso Campos, bispo diocesano; sr. João Gonçalves de Souza, presidente do Seminário, e dr. Carlos Arnaldo Krug, diretor do Instituto Agronômico de Campinas. Presidiu os trabalhos o governador do Estado.

A sessão foi aberta pelo prof. João Gonçalves de Souza, diretor do Seminário, e secretário da Comissão Nacional de Política Agrária, o qual pronunciou breves palavras. Delegado brasileiro junto ao Conselho da FAO, o agrônomo João Gonçalves de Souza foi designado, pelas Nações Unidas, para dirigir o Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural, realizado no Estado do Rio.

FALA O PRESIDENTE DO CONSELHO DA FAO

O orador seguinte foi o prof. Josué de Castro, presidente do Conselho da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). Referiu-se ele inicialmente às causas determinantes da tensão em que vivemos, salientando-se entre elas o desequilíbrio econômico do mundo e a desigualdade social dele resultante. Desequilíbrio — disse ele — oriundo de uma defeituosa distribuição de riqueza entre países, grupos e classes sociais. A seguir, fundado em estudos realizados pela ONU, o presidente do conselho da FAO disse:

"Basta verificar pelas estatísticas internacionais que 19 países relativamente ricos, contendo apenas 16% da população mundial, usufruem cerca de 70% da renda total do mundo, enquanto os 15 países mais pobres, com uma população correspondente a mais da metade do efetivo humano, apenas percebem 9% da renda universal. Continua, pois, o mundo a se apresentar naquela mesma forma descrita pelo economista Kenneth Boulding, como uma pequena ilha de riqueza cercada por um mar de miséria."

Mais adiante acentua o orador: "Constituem ademais a fome e a desnutrição, nos países subdesenvolvidos, um tremendo fator de paralisação ou pelo menos de entrave ao seu progresso social. A verdade é que um povo subnutrido não pode obter elevados índices de produtividade por falta de capacidade de trabalho e de energia criadora, mesmo que todos os outros fatores se apresentem favoráveis. E sem bons índices de produtividade não é possível sair-se do pauperismo que mantém enormes massas humanas subnutridas à margem da economia do mundo. E este pauperismo crônico representa o fator que mais pesa na manutenção deste estado de instabilidade social vigente, gerando os complexos de revolta, de frustração e de sede de justiça social dos grupos mais desfavorecidos. Não é sem razão que um estadista inglês afirma que só pela vitória sobre a fome e a miséria é que podemos obter a vitória sobre a guerra."

Após exaltar a significação do conclave ora reunido em Campinas, o sr. Josué de Castro acrescenta:

"Os fecundos debates levados a efeito no seio da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, que completa este ano seu primeiro decênio de existência, acerca da necessidade de promover-se o incremento universal da produção agrícola, acerca dos entraves que se opõem a este objetivo e dos recursos a serem mobilizados para vencer estes entraves, levaram esta instituição internacional à conclusão de que o problema da economia agrícola do mundo é, antes de tudo, um problema de aproveitamento racional das riquezas potenciais do solo, através de um ajustamento mais adequado do homem à terra. Problema, antes de tudo, do estabelecimento de estruturas agrárias que possibilitem ao máximo tal aproveitamento, sem causar danos ao solo e sem degradar o elemento humano empenhado neste gênero de vida. Infelizmente o que ocorre na maioria dos países subdesenvolvidos é a existência de estruturas agrárias arcaicas, semi-feudais, impregnadas dos

vícios da chamada economia colonial com sua tendência à monocultura e ao latifundismo que desestimulam o trabalho agrícola e corrompem as relações ecológicas mais saudáveis entre o homem e o solo. A América Latina, que apesar do magnífico surto de progresso econômico, nela verificado nos últimos anos, principalmente no campo da industrialização, continua sendo no entanto uma região subdesenvolvida, embora em vias de desenvolvimento autônomo, apresenta, via de regra, este quadro de relativo atraso da economia rural em contraste com as estruturas econômicas urbanas, relativamente bem desenvolvidas. A profunda desigualdade econômica entre as classes rurais e as que vivem nas cidades constitui a marca mais evidente do pauperismo latino-americano e do relativo marasmo do seu progresso social. A simples constatação de que o volume das rendas nacionais e o rendimento médio per-capita na América Latina permanecem bem aquém dos níveis encontrados nos países bem desenvolvidos, não exprime integralmente a verdadeira situação social desta região do mundo. Situação que transparece no entanto em suas cores um tanto negras, quando verificamos a extrema irregularidade na distribuição dessas rendas tornando os índices médios sem a menor expressão. Sob este aspecto é bem típico o caso do Brasil. Henry W. Spiegel, em estudo que realizou acerca da renda nacional no Brasil, chegou à conclusão de que 5% de nossa população ativa auferem 50% da renda nacional, enquanto a imensa legião de camponeses (pequenos agricultores, renteiros e trabalhadores rurais) representando cerca de 70% da população ativa do País, percebe menos de 30% da renda total. A incipiente economia agrária do nosso País, o pauperismo generalizado da massa camponesa que constitui o grosso de nossa população, torna bem fraca a capacidade de absorção do nosso mercado interno e impede desta forma a estabilização e a expansão de uma economia industrial realmente sólida. Só com o levantamento dos standards de vida rural se consolidará esta economia e o progresso econômico corresponderá realmente a um progresso social.

Esta distribuição tão disparatada das rendas corre paralelamente com a defeituosa distribuição dos recursos das terras. De acordo com os dados do censo agrícola de 1950, verifica-se que cerca de 8% dos proprietários de terras representando apenas 1,4% dos que nela trabalham, acamparam 3 quarta partes da área total das propriedades agrícolas do País. Este acam-

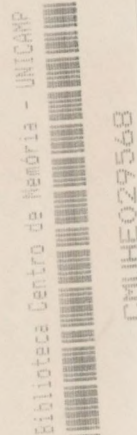
barcamento da terra por um reduzido número de privilegiados explica a sua não exploração: apenas 7% da área total de propriedades correspondem

a 1,5% da área total do País, vem sendo utilizada na exploração agrícola. O resto permanece inexplorado, constituindo-se funcionalmente como um verdadeiro latifúndio que se valoriza improdutivamente pelo jogo da simples especulação das terras.

O que se passa no Brasil ocorre na maioria dos países latino-americanos. Perdoem-me a sinceridade, desde que estamos num Seminário de homens de estudo e de ciência, cuja pedra de toque deve ser o respeito e o amor à verdade.

Já não nos assusta o problema das reformas agrárias desde que alguns países de nosso continente realizaram neste campo experiências que vão dando os seus primeiros frutos. O que é necessário é encará-lo como uma contingência da nossos tempos e empreender sua realização não como simples improvisações ou intervenções fortuitas de caráter puramente político ou demagógico, mas como planos econômicos baseados num conhecimento profundo e sereno da realidade dos fatos. Este Seminário foi idealizado com o fim de possibilitar a troca de experiências, de informes, de planos, de projetos, de políticas agrárias entre homens de estudo e de ação que se ocupam do problema no continente latino-americano. A FAO o convocou com o objetivo de pôr em execução prática uma resolução aprovada em sua 6.ª Conferência geral, levada a efeito em Roma. O Brasil se ofereceu para sede deste conclave e vários países latino-americanos se mostraram vivamente interessados pela iniciativa, aqui enviando seus representantes mais categorizados."

O orador conclui, saudando as autoridades presentes.



A REFORMA AGRÁRIA

O ministro da Agricultura, sr. João Cleofas, falou a seguir, abordando problemas relativos à reforma agrária. E' o seguinte o texto do discurso do titular da Agricultura:

Entre outras coisas, declarou o sr. ministro da Agricultura:

"Senhores: Bem sabeis que nenhum problema agrário tem preocupado mais, de forma tão constante e permanente, os organismos internacionais, criados pelos homens de boa-vontade, que reconhecem a necessidade imperiosa da mais íntima cooperação das nações para a solução pacífica e democrática dos graves problemas do mundo contemporâneo, do que aquele ligado às relações entre o homem e a terra.

Em sua Quinta Sessão, realizada em 1950, aprovou a Assembléia Geral da ONU a resolução 401 (V) que recomendou o estudo dos problemas relativos à estrutura agrária de cada país, cuja falta de solução impede o desenvolvimento econômico de muitos povos e representa óbice ao florescimento de condições de vida no meio rural, conformes à dignidade da pessoa humana. De sua parte, a ONU e seus organismos especializados e, particularmente, a F.A.O., a Organização Internacional do Trabalho e a UNESCO não ficaram surdos aos apelos e determinações daquela Assembléia, e dão marcante prioridade ao encaminhamento do assunto, cada um deles no setor de sua especialidade.

Congressos e conferências internacionais têm acentuado, de forma inequívoca, a gravidade que a questão apresenta no mundo contemporâneo".

"Há pouco tempo, ou seja em janeiro e fevereiro últimos e em 17 de abril também deste ano, respectivamente, reuniram-se no Brasil o Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural e V Período de Sessão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Mais uma vez, os técnicos e os representantes dos governos da América Latina trouxeram a afirmação inequívoca de que, sem uma mudança efetiva, gradual e progressiva, nos sistemas de cultivo, conservação de recursos naturais e posse da terra, de pouco ou nenhum resultado serão os esforços que se empreenderem para favorecer melhores condições de vida e de progresso, em favor das populações agrícolas.

E' de todos reconhecido o desequilíbrio existente entre a vida agrícola e a vida urbana atual, por isso que, com o crescimento contínuo e desproporcionado da industrialização, sem o crescimento correspondente da agricultura, há uma inevitável diferença para menos no setor da alimentação.

Tornam-se, por conseguinte, as atividades agrícolas, cada vez mais insuficientes para atender às insaciáveis solicitações dos centros urbanos. O poder aquisitivo destes, em vertiginosa linha ascendente, oferece enorme contraste com o entorpecimento dos trabalhos do campo.

Dai poder afirmar-se que nenhum problema da economia de nossos países será encaminhado, e muito menos favoravelmente resolvido, sem adequada solução do problema da terra. Ainda mesmo aqueles que procuram encontrar na progressiva industrialização o almejado equilíbrio não podem escapar às consequências de um desenvolvimento econômico artificial, se não ficar assegurado, simultaneamente e de modo eficaz, o incremento da produção agrária. Quanto mais se acentue o surto industrial, maiores desvelos impõem-se ao trabalho da terra.

E' certo que a agricultura nos países em desenvolvimento, como os que compõem a América Latina, está condicionada a uma série de fatores limitativos, os mais importantes dos quais são a falta de permanente assistência financeira e técnica aos produtores, o retardamento da mecanização dos trabalhos da lavoura, o péssimo sistema de armazenagem, conservação e transporte da produção, o desequilíbrio extraordinário entre os preços dos produtos agrícolas e industriais e, na base, um inadequado sistema de posse e exploração da terra.

Urge, assim, concentrar os esforços da administração pública, tomando-se providências decisivas sem as quais cada vez se agravará mais a situação presente de desequilíbrio entre a produção de alimentos e as verdadei-

ras necessidades das populações, sobretudo em terras subdesenvolvidas como as nossas e de estrutura econômica não consolidada.

Num mundo como o nosso, conturbado por crises de varia natureza, os problemas da terra se projetam, pois, a primeiro plano da ação governamental. A ronda sinistra da fome convoca os povos e os governos a novos procedimentos políticos e econômicos, capazes de trazer safras maiores às multidões subnutridas, afastando-as, assim, dos destinos demagógicos que podem levar as nações à auto-destruição e à ruína.

Dai a oportunidade dos temas de vossa agenda: um deles se refere às estruturas agrárias, ou, para ser mais específico, à Reforma Agrária. O assunto é, hoje, de interesse mundial, e não apenas o nosso continente se preocupa com ele. Os estudos e levantamentos feitos pela ONU, através de seus órgãos especializados, mostram que, em quase todos os países, a questão da Reforma Agrária está sendo examinada, quando não já encaminhada. Basta lembrar três exemplos, em pontos diferentes do globo, para comprovar a importância alcançada pelo tema. No Egito, na Itália e na Guatemala encaminha-se a Reforma Agrária, está ela em processamento, como índice de que as populações mundiais, sem distinção de nacionalidade ou de credo político, anseiam por uma modificação das condições atuais.

Não se descuro do problema o governo brasileiro e providências já têm sido encaminhadas pelo sr. presidente Getúlio Vargas para o estudo do assunto. Num País como o nosso, onde se encontram as mais diversas zonas fisiográficas, variando de região a região e até, por vezes, de zona a zona num mesmo Estado e onde são tão acentuadamente diferentes as condições de povoamento e de exploração da terra, os métodos de cultura, os regimes de propriedade, os custos de produção, os fretes e os transportes, qualquer organização agrária tem de ser a mais simples e flexível para abranger essas diferenciações econômicas e sociais. Dai a cautela com que o assunto vem sendo estudado, a fim de que não fira tradições e generos de vida peculiares, em sua especialidade, às nossas diversas regiões geoeconômicas".

Refere-se a seguir o orador a Joaquim Nabuco que proclamava a necessidade da "democratização do solo", expressão, acentua, que em pleno Brasil Imperial não será senão a sinonímia da época para o fenómeno que hoje denominamos Reforma Agrária". Salienta que se bem que reclamada no século passado, somente em nossos dias a Reforma Agrária, tomou rumo. Cita a criação da Comissão Nacional de Política Agrária, em julho de 1951, com o objetivo de estudar os problemas de nossa economia agrária e sugerir as providências adequadas à melhoria da vida da terra. História a seguir o ministro da Agricultura os trabalhos da Comissão, citando a obra já realizada: "Já se recolheram os questionários referentes a 1.786 municípios brasileiros, o que representa cerca de 90% do total. As respostas a esse inquerito, realizado através das Agências Municipais de Estatística, comprovam o baixo nível de vida de nossas populações rurícolas, e acentuam as tendências para um empobrecimento ainda maior se não se adotarem, quanto antes, providências destinadas à recuperação econômica do homem brasileiro".

Após enumerar outros estudos realizados pela CNPA, e de citar o projeto de lei criando o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e os projetos de lei sobre a irrigação do polígono das secas e sobre arrendamentos rurais, já encaminhados à apreciação do presidente da República, o ministro João Cleofas afirma que "o Brasil, através da CNPA, se propôs encetar um programa sistemático, estabelecendo as diretrizes básicas para a atuação do Estado em setor de tantas responsabilidades. Esse roteiro, concretizado nas "Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil", já foi aprovado pelo presidente Getúlio Vargas, e se tornou, assim, o rumo dos trabalhos para o encaminhamento do assunto em nosso País".

Assentou sua preocupação em fixar dois pontos básicos, como objetivos essenciais à compreensão e realização do problema: o ensinar aos trabalhadores da terra o acesso à propriedade, de modo a evitar a proletarianização das massas rurais e anular os efeitos anti-econômicos e anti-sociais da exploração da terra; e, simultaneamente, com a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, cuidar também de valorizar o homem e a terra, de maneira a assegurar a todos trabalho que possibilite existência digna.

Um dos pontos primaciais do programa governamental concerne às desapropriações indispensáveis a que a reforma agrária não se abastarde, invalidando a política evolucionária do Poder Público. Inicialmente, pareceu ao Governo aconselhável que a desapropriação da terra por interesse social deveria excluir da indenização todo pagamento que não correspondesse ao principal, benfeitorias e juro razoável do capital invertido, impondo-se o parcelamento das terras vizinhas ou próximas das cidades, quando, por sua extensão e tipo de exploração, constituísse entrave ao incremento da agricultura, não satisfazendo às exigências do abastecimento urbano.

Não alimenta o governo intuítos conturbadores das iniciativas privadas, motivo por que as "Diretrizes" aprovadas propugnam no sentido de que se devem considerar preferencialmente desapropriáveis as terras que não se achem cultivadas, apesar da existência de condições favoráveis para sua exploração permanente; as manifestamente mal cultivadas segundo ditame técnico, inclusive as que, embora dispondo de obras públicas de irrigação a seu alcance, não estejam sendo irrigadas; bem como as que, adquiridas para fins especulativos, permaneçam inexploradas.

Mereceram também a vigilância do Governo, para uma possível desapropriação, as terras que se forem valorizar em consequência de obras públi-

cas de grande vulto, que constituam latifúndios suscetíveis de beneficiar-se quase exclusivamente com tais obras, e que comportem um aproveitamento econômico para fins de colonização agrícola; ao expropriado, todavia, reservar-se-á uma extensão de terras proporcional à área mantida em cultivo permanente.

Foi, igualmente, previsto o problema do abastecimento dos núcleos urbanos, e, neste sentido, examinou-se a possibilidade de as áreas próximas aos centros urbanos não serem loteadas, ou, quando o forem, ficarem subordinadas a um plano de saneamento agrícola.

A colonização e o crédito agrícola foram eleitos instrumentos preferenciais do Governo em sua política reformista. Quanto ao primeiro processo, objetiva-se, em obediência às conveniências nacionais, unidade de legislação e centralização administrativa para a ação colonizadora e escolha criteriosa das terras de acordo com os fatores que garantam a fixação do homem ao solo e o desenvolvimento da produção.

Quanto ao crédito agrícola, em particular, as "Diretrizes" recomendaram a adoção de processos visando a orientá-lo no sentido de beneficiar realmente o pequeno produtor; assim, torna-se condição essencial descentralizá-lo ao máximo, eliminando-lhe os entraves burocráticos, bem como amenizando as garantias reais exigidas.

Como norma geral, o crédito oficial deverá ser concedido em dinheiro, bem assim, em determinadas condições, em máquinas, ferramentas, sementes, adubos e animais, a par da assistência técnica necessária. O seu fornecimento deverá verificar-se, de preferência, através das cooperativas agrícolas, intensificando-se o crédito pessoal.

O instrumento tributário foi devidamente aqilutado, porque, sem dúvida, a aplicação adequada dos impostos que gravam a propriedade (territorial, transmissão, etc.) constitui meio de desencorajar a posse improdutiva do solo. No caso brasileiro, onde esses tributos são privativos dos Estados, impõe-se a realização de um convenio interestadual, sob o patrocínio do Governo Federal, a fim de assentar critérios uniformes de incidência e cobrança, respeitadas sempre as peculiaridades de cada Unidade Federativa.

Tais condições postas em relevo nas "Diretrizes para a Reforma Agrária" não descuro, igualmente, a obtenção de dois objetivos essenciais: melhorar os níveis de vida das populações rurais e assegurar processos de estabilidade social, que permitam maior rentabilidade econômica aos que exploram a terra, sob qualquer modalidade, sejam proprietários ou parceiros arrendatários ou trabalhadores. São os dois temas fundamentais que orientam a preocupação do Governo Brasileiro no estudo dos problemas de relações entre a terra e o homem".

Refere-se a seguir o Ministro da Agricultura ao projeto que cria o Serviço Social Rural, apresentado ao Congresso em maio de 1951, salientando os objetivos desse órgão: constituir junto às comunidades rurais serviços efetivos de educação especializada para os homens da gleba — higiene e saúde, economia doméstica, técnica de extensão agrícola, mediante o esforço e parte dos recursos das próprias populações interessadas. Parte dos recursos para a manutenção desses serviços provirão das zonas rurais. Parte dessa contribuição é representada pelas indústrias tipicamente de âmbito rural, sendo que a principal categoria rural a contribuir para o SSR será a de alimentação.

"Creio que a instituição do Serviço Social Rural será, para usar as próprias expressões do senhor presidente Getúlio Vargas, "de decisiva importância para a efetiva melhoria das condições de vida das populações rurais". Este é o seu alto objetivo, que proporcionará a elevação do nível de vida do homem rural brasileiro; e que, igualmente, abrirá as possibilidades de dar-lhe estabilidade social e, com esta, as condições necessárias a aumentar o rendimento de sua atividade nas labutas que o uso da terra impõe".

PROPRIETARIOS E ARRENDATÁRIOS

"Em nosso País não podemos cuidar tão-só dos dois extremos — o proprietário e o trabalhador braçal — mas atender também na situação de arrendatários e parceiros. Nos quadros de nossa vida agrária apresenta-se bem expressivo o número de arrendatários. No período de 1920 a 1940, verificou-se extraordinário aumento do número de estabelecimentos arrendados no Brasil modesto contingente apurado em 1920, de 23.377 estabelecimentos, chegou, em 1940, ao número espetacular de 221.505 unidades, o que representa um aumento de cerca de 849 por cento.

No decorrer do último decênio, tudo indica que tenha havido descontinuidade desse crescimento de unidades agrícolas arrendadas. Os dados parciais mais recentes, para alguns Estados do Brasil, indicam um aumento substancial de arrendamentos, como no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Neste último Estado, estima-se hoje em cerca de 100.000 o número de famílias arrendatárias. Acresce ainda que o aluguel cobrado ao arrendatário é alto, o que, evidentemente, constitui um fator de encarecimento da produção.

Tudo isto vem transformar o problema dos arrendamentos rurais numa das questões absolutamente de base em relação à Reforma Agrária. A Comissão Nacional de Política Agrária já se ocupou desse urgente assunto, formulando um projeto de Locação Rural, que ora está sendo considerado pelo presidente da República".

"Evidentemente, o problema não é tão simples como muitos, enganosamente, julgam. Não basta dividir latifúndios ou reagrupar minifúndios para dar ao agricultor a felicidade com que sonha. Ele, de certo, é bem mais complexo. E' natural, por isso, que da agenda deste Seminário constem pontos essenciais sem os quais a reforma das estruturas agrárias será um mero slogan demagógico. Ai está, por exemplo, a questão do perecimento de nossos solos agrícolas e a destruição de nossas florestas. Problema, sem dúvida, da mais alta importância, de vez que, ocupante de um país de desmedida extensão territorial, o agricultor brasileiro aspira valer-se sempre desse privilégio, deslocando-se das zonas esgotadas para as regiões florestadas.

INSTALADO em Campinas o primeiro Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra: falaram na sessão inaugural o ministro da Agricultura, o governador do estado e o representante da FAO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 maio 1953.

OS PROBLEMAS DA TERRA

Numa das reuniões realizadas em Montevideu pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), ficou resolvido que se promoveria no Brasil o "1.º Seminário Latino-Americano Sobre os Problemas da Terra". Mais recentemente, organizado o temário, esteve em princípios deste ano em São Paulo um técnico da FAO, entrando em entendimentos com as nossas autoridades para escolha do local da conferência. As preferências recaíram desde logo em Campinas, que reúne as melhores condições para um certame da importância do que agora ali se efetua.

Já em Montevideu se discutiram os imensos contrastes de ambiente observados no Continente Americano tanto do ponto de vista geográfico, como econômico, social e cultural. Ao lado de cidades as mais modernas do mundo, animadas por uma vida capitalista surpreendente, nota-se ainda a estrutura econômica "semifeudal, com incrustações de comunismo primitivo, para se chegar por último a áreas habitadas por tribos selvagens ou semi-selvagens". Era assim evidente que, por melhor intencionado que se mostrasse o grupo técnico que tomasse a si o encargo de planejar um seminário sobre os problemas da terra, a questão se apresentaria, no Continente Latino-Americano, muito complexa.

"O progresso social e fatores de ordem política — diz a "FAO" — têm determinado, igualmente, agudos contrastes na distribuição da propriedade territorial e nas formas de exploração da terra. No Continente Latino-Americano, as diferenças ou contrastes apresentam-se não só entre um país e outro, mas também entre áreas diferentes de um mesmo país. Há algumas nações em que ainda se observam todas as formas de domínio da terra e todos os tipos de exploração. Ao lado do latifúndio trabalhado segundo os mais modernos métodos do sistema capitalista, encontra-se o latifúndio em que predominam características semifeudais. Ao lado da grande propriedade, núcleos mais ou menos importantes de pequena propriedade, em que o minifundismo adquiriu agudos caracteres negativos. Par a par com comunidades que representam reflexos das modernas civilizações, vivem as cooperativas de produção, e no México especialmente, a propriedade e a exploração coletivas. Estes sistemas de propriedade e de trabalho estão em estreita relação com o desenvolvimento cultural das populações rurais, dedicando-se à atividade agrícola desde o agricultor mais progressista e moderno, até o analfabeto que lavra a terra sem maior auxílio que o da sua própria força física, desprovido dos conhecimentos técnicos mais rudimentares. Causa ou efeito de desenvolvimento político, econômico e social das diversas nações latino-americanas, este fenómeno da variada forma de distribuição e uso da propriedade territorial é um fator normal e fundamental do desenvolvimento da produção agrícola ou pastoril em cada região".

E assim é na realidade. No caso especial de São Paulo, o abandono das terras ditas cansadas, num movimento migratório em busca de terras virgens, tem provocado tal desequilíbrio agrícola que, não temos dúvida, o problema provocará cuidadoso estudo por parte dos participantes do seminário que ora se inaugura. Há ainda um esquisito fenómeno que precisa ser aqui lembrado: paralelamente ao empobrecimento das terras e ao seu abandono, verifica-se uma valorização tremenda do seu custo unitário. Terras que antes, quando cultivadas, custavam nos arredores de Campinas de 5 a 10 mil cruzeiros o alqueire, custam hoje oito e até 10 vezes mais, quando grande parte de sua fertilidade já foi destruída pela erosão ou pela exploração indiscriminada e sem orientação.

Felizmente, aí mesmo na região de Campinas, labuta um grupo dos mais adiantados lavradores e criadores brasileiros, talvez o mais homogêneo de todo o Brasil, e que está promovendo um trabalho de recuperação das terras, com a criação de gado leiteiro, de galinhas e o plantio de novos cafezais e pomares, que precisa ser conhecido pelos participantes do "1.º Seminário Latino-Americano Sobre os Problemas da Terra". Representa este fato o maior exemplo que o Brasil poderia apresentar como tese de um seminário que se reúne para examinar os problemas da terra. Tese que destruiu um velho preconceito e que prova a possibilidade de se estabelecerem novos rumos a uma Nação que durante mais de quatro séculos nada mais fez do que dilapidar a sua maior riqueza: a terra!

INSTALADO em Campinas o primeiro Seminário Latino-Americano sobre os problemas da terra: falaram na sessão inaugural o ministro da agricultura, o governador do estado e o representante da FAO. O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 maio 1953.

Esquecemos que os fatores físicos condicionam a eficiência da produtividade e influem, de maneira quase decisiva, na localização das atividades do lavrador. E porque assim acontece, é que existem, em zonas outrora prosperas, verdadeiros vazios demográficos, porque a maioria da população rural se vai deslocando, seduzida pela água e pela floresta, deixando para trás a desolação de uma apreciável extensão de terras nuas e erodidas.

O Vale do Paraíba, que outrora abastecia os centros mais populosos do Brasil, como Rio e São Paulo, apresentou até há pouco o aspecto melancólico de um acentuado declínio. Seus solos, sujeitos a uma exploração obsoleta, esgotaram-se, tornaram-se ácidos e onde a erosão não incidia acarretando o arrastamento dos elementos solúveis e nutritivos, incidiram as queimadas periódicas, interrompendo o ciclo do carbono e promovendo a destruição do humus.

Essa situação, grave em si mesma, é um fenômeno comum às regiões de clima quente e úmido. E, só agora, estamos adquirindo compreensão exata da imperiosa necessidade da conservação do nosso solo e do estudo de suas condições físico-químicas.

Os cálculos mais otimistas estimam que a erosão faz o Brasil perder 500.000.000 de toneladas de terras férteis por ano, o que já teria ocasionado a inutilização de 3.000 propriedades de uma área unitária de 300 hectares. Só São Paulo teria sofrido o prejuízo de 20% dessa devastação.

Faz-se mister, portanto, criar a mística de um esforço em conjunto, através de um programa de educação, congregando lavradores, criadores, professores e estudantes. Seria ensejo para a formação de uma mentalidade nova que passasse a considerar nossos recursos naturais como um valioso patrimônio que a natureza legou à nossa grandeza econômica e na ausência dos quais chegaríamos a depender de outras nações, na satisfação coezinha das mais rudimentares das nossas necessidades de alimentação.

Como vêdes, o problema da terra em meu País e, certamente, também, em alguns dos vossos, tem muitas faces que devem ser consideradas em seu conjunto. E a tarefa que cabe, sem dúvida, a esta importante reunião, onde serão discutidos e planejados os programas indispensáveis aos problemas da terra, sobretudo em suas relações com o elemento humano.

Encerrou seu discurso o ministro da Agricultura com uma saudação dirigida aos delegados nacionais e estrangeiros ao Primeiro Seminário Latino-Americano Sobre os Problemas da Terra.

SAUDAÇÃO DO GOVERNADOR DO ESTADO

Por fim fez-se ouvir o governador Lucas Nogueira Garcez, que saudou os congressistas, dizendo entre outras coisas:

Depois de saudar o ministro João Cleophas e a Organização das Nações Unidas, esta na pessoa do professor Josué de Castro, presidente do Conselho da "Food and Agriculture Organization", referiu-se às tarefas que vem executando esse organismo internacional: "um notável programa de realizações orientadas por um nobre idealismo, que concebe elevadas idéias de progresso social e tem sabido realizá-las no terreno prático, em benefício da coletividade e sem discriminação de nenhuma espécie".

Saudou, ainda, os demais participantes do Seminário, que vieram de muitos países, com a simplicidade tocante que têm os homens de estudo e pesquisa, para debater com os brasileiros os problemas da agricultura, trazendo cada um a contribuição de sua inteligência, de sua cultura e de sua experiência, dedicadas ao serviço da humanidade".

Prosseguindo, traçou o governador o panorama da evolução agrícola do Estado, referindo-se particularmente à importância da produção agrícola de São Paulo na balança comercial brasileira. Abordou os esforços do seu governo na solução dos problemas agrícolas e, particularmente, do abastecimento, bem como dos "problemas da terra", objeto específico do Seminário.

Tratando da reforma agrária, disse o sr. Lucas Garcez:

"O governo do Estado acompanha com o maior interesse os trabalhos sobre a reforma agrária, que se desenvolvem no Rio de Janeiro. Na Comissão Política Agrária, sob a orientação do ilustre ministro da Agricultura, dr. João Cleophas. Acompanhamos com a melhor atenção os resultados do trabalho dessa Comissão, assim como acompanharemos os debates a serem travados neste Seminário, porque desejamos orientar nossa política agrícola no sentido de favorecer medidas que tragam melhor estrutura agrária para o Estado de São Paulo. Já foi dito, há pouco, o quanto a nossa economia necessita de uma agricultura eficiente. Se a obtenção da máxima eficiência exige modificações em nossa estrutura agrícola, procuraremos favorecer as condições que a determinem. Se forem, porém, necessárias mudanças radicais nessa estrutura, deveremos agir com muita cautela. E isso porque a estrutura agrícola de São Paulo já se encontra bem definida e tem produzido até agora resultados satisfatórios. Predominam no Estado as propriedades de tamanho médio e pequeno. Não temos em São Paulo, de modo geral, o problema dos latifúndios, no sentido comum da palavra, com que se definem as propriedades grandes inexploráveis. Nossas fazendas, são, em geral, empresas organizadas, em que o fazendeiro tem a função do "entrepreneur". Não executa trabalho agrícola manual, mas reúne o braço, a terra e o capital, dando-lhes organização e providência a administração que permite maior produção.

Nas condições atuais, em que o fornecimento de crédito rural não é atendido satisfatoriamente pelo sistema bancário e alta porcentagem dos trabalhadores rurais não dispõe dos conhecimentos necessários para operar individualmente a sua exploração agrícola, em bases comerciais, o fazendeiro exerce uma função produtiva, do ponto de vista econômico. E' ele que, organiza e explora a atividade, correndo o risco do negócio. Foi devido à organização da agricultura em propriedades de tamanho médio, que pudemos receber os imigrantes estrangeiros e fazer deles perfeitos brasileiros".

Depois de mencionar outros aspectos significativos da organização agrícola do Estado, prosseguiu dizendo:

"Estamos propensos a acreditar que o regime de pequenas propriedades, com os agricultores trabalhando terras próprias, em sítios de uma família, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, seja melhor para nós porque melhor se coaduna com o espírito de nossa gente.

O que devemos evitar, porém, é uma mudança brusca em nossa estrutura agrária, porque ela resulta sempre numa queda de produção agrícola, com graves consequências sobre o nosso desenvolvimento econômico. Para que se possa intensificar a subdivisão das propriedades agrícolas sem esse perigo, é necessário que sejam tomadas certas medidas preliminares que garantam a manutenção da produção. Faz-se necessário, por exemplo, uma melhoria em nosso sistema de crédito. A agricultura é hoje financiada por diversas formas: pelos recursos próprios dos agricultores, pelas instituições particulares de crédito, com base no crédito pessoal, pelo comerciante que se interessa em comprar o produto do agricultor ou lhe vender o adubo, máquinas ou mantimentos, e também pelo Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo, através de suas cartéis especializadas. Parte apreciável desse crédito tem por base a pessoa do fazendeiro. No caso de uma intensa subdivisão de propriedades, o crédito agrícola oficial teria que estar preparado para se ampliar e substituir os demais, pois é sabido que a distribuição do crédito a pequenos sítios é uma operação cara e difícil, que as instituições particulares não se arriscam a executar. Intensificar a subdivisão sem ampliar o crédito agrícola oficial, é, pois, uma política perigosa para a produção agrícola.

O mesmo pode-se dizer em relação à assistência técnica. O fazendeiro é, em geral, um elemento que tem cultura suficiente para compreender o alcance das inovações técnicas. Infelizmente, no momento, o mesmo nem sempre ocorre com os pequenos sítios. E' muito difícil convencê-los a respeito das vantagens de uma mudança de métodos de trabalho. Além disso, é muito mais difícil fazer chegar aos pequenos agricultores esta assistência técnica. Torna-se pois necessário am-

pliar os serviços de assistência, a medida que se for intensificando a subdivisão das propriedades, sem o que, o nível técnico da agricultura tenderá a cair.

Outro perigo de uma reforma brusca em nossa estrutura agrária, é que ela irá determinar uma diminuição no montante das aplicações feitas na agricultura. Sabe-se que o desenvolvimento econômico acha-se intimamente dependente da taxa em que se investe capital na produção e que o grande problema dos países menos desenvolvidos é a falta de capital.

O Estado de São Paulo já não dispõe, praticamente, de terras novas, em florestas virgens. Já não podemos mais viver deste capital acumulado pela natureza. Temos agora de repór essa fertilidade, o que exige muita despesa por parte dos agricultores na forma de adubo, de trabalho adicional para destocar as terras, para fazer rotações de culturas, etc. E sem fazermos esse investimento na terra, não poderemos manter nossa capacidade de produção. Além disso, o desgaste de nossas terras já está a exigir profundas modificações na técnica agrícola, para que se possam reerguer os rendimentos por unidade de área. A modificação na técnica agrônoma exige a aquisição de aparelhos de irrigação, máquinas colheadeiras, tratores, construção de benfeitorias etc., e isso tudo também não se faz sem aplicar muito capital na propriedade agrícola. Como é do conhecimento geral, é muito difícil para o pequeno agricultor efetuar investimentos nesse sentido. Não só sua renda pequena não lhe permite, como também, lhe falta o crédito necessário. Torna-se, pois, imprescindível que juntamente com subdivisão das propriedades agrícolas seja fornecida uma adequada assistência financeira aos pequenos agricultores para que não haja uma queda em nossa produção agrícola.

Se se chegar à conclusão de que para maior eficiência da agricultura é necessária uma intensa subdivisão de propriedade, devemos também evitar que ela resulte num processo injusto para os atuais fazendeiros. E' necessário que haja uma indenização adequada aos que trabalham as terras e as mantem produtivas.

Reconhecemos que existem casos evidentes de especuladores que retêm as terras em geral localizadas, próximas aos grandes centros, e que as mantêm improdutivas, á espera simplesmente de uma elevação de preços para completar uma transação comercial lucrativa. A terra não deve servir a essa finalidade. Tornam-se necessárias medidas coibitivas nesse sentido mas é necessário que essas medidas não venham prejudicar aos que trabalham nas terras. Esses devem ser indenizados devidamente. O custo do progresso social não deve recair sobre uma só classe, mas deve ser repartido igualmente por toda a coletividade. Devemos evitar que se pratique a injustiça de fazer com que uma classe se pague sozinha o preço de uma conquista que a todos beneficiará.

Começa agora o Seminário Latino-Americano "Sobre os Problemas da Terra". Têm a palavra os especialistas, em cujo critério deposita o governador de São Paulo a sua melhor confiança. E destes debates, espera o governador os melhores e mais convenientes resultados", concluiu.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

Até hoje estavam inscritos como participantes do Seminário Latino-Americano Sobre os Problemas da Terra os seguintes representantes oficiais de governos de nosso hemisfério:

Bolívia: Luiz Aliaga M. e Juan Flores Oblitas; Chile: Sergio Oyarzun Torres, Alfonso Morales Valencia e Sigrid Mathieson; Costa Rica: Lino Vicarioli, Claudio Escoto Leon e Romilio Rodriguez Arce; Cuba: Alfonso Rochac e Miguel Monzon; Equador: Hernan Orellana, Rafael Chiriboga e Conto Patiño M.; Salvador: Eduardo Montes Umaña, Eduardo Montenegro, Edgardo Guerra Hinds e Adela Cabezas; Haiti: Garvey Laurent, Emile Toussaint e Carlo Presoir; Honduras: Alberto Galeano M., Guillermo Lopez Rodezno e Carlos Humberto Mature; Mexico: José Lopez Bermudez, Manuel Mesa Andraca e Emilio Alanis Patiño; Paraguai: Taboada e Nicasio Romero; Estados Unidos: Byron Denny, Carl Taylor e Clarence Brooks, (consul-geral em S. Paulo).

A DELEGAÇÃO DO BRASIL

O presidente da República assinou decretos designando os seguintes representantes do Brasil no Seminário Latino-Americano Sobre o Problema da Terra reunido em Campinas: Alkindar Junqueira, Edgar Teixeira Leite, Francisco Malta Cardoso, João Quintiliano de Avelar Marques, Rui Muller Paiva, Tomaz Pompeu de Acioli Borges, Adolfo Kaufman, Antonio de Saint Pastous, Constantino C. Fraga, Francisco Gerardo de Souza, Manoel Barros Ferraz, Vanderbilt Duarte de Barros, Ben-Hur Ferreira, Sarandy Raposo, Clovis Caldeira, Early Brandão, João Castelo Branco, Amaury Pedrosa, Ernesto de Oliveira Junior, José Irineu Cabral, Zedear Perfeito da Silva, Otavio Teixeira Mendes e padre Otavio Aguiar.

ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Foram instalados, hoje, os Grupos de trabalho, que se encarregarão de apreciar as teses referentes aos temas em debates. Essas reuniões se realizam no Instituto Agrônomo.

GRUPO N. 1

Instalado pela manhã, com a presença de 16 participantes. Os principais assuntos debatidos foram a sistemática dos trabalhos a realizar as normas para os debates e o calendário.

Amanhã, às 14 e 30, serão estudados os seguintes assuntos:

Tema 3 — Em que princípios se baseiam as classificações físicas e econômicas dos recursos da terra?

Tema 4 — Quais são as interrelações entre as classificações físicas do uso atual e do uso potencial dos recursos da terra?

GRUPO N. 2

A reunião foi iniciada, sob a orientação dos srs. Luiz Foulon e Arthur Peterson. Foi pedido aos integrantes do grupo que fossem práticos e realistas nos debates.

Encerrando os estudos, decidiu-se que, na reunião de amanhã, serão encetados os debates sobre a terra: "Organização de unidades de exploração agrícola para melhor aproveitamento da terra".

GRUPO N. 3

Com a presença de representantes do México, Haiti, Bolívia, Chile, Salvador, Honduras, Equador e Costa Rica, realizou-se, hoje, na Sala "A", das 9 e 30 às 11 e 30, a 1.ª reunião.

A discussão girou em torno do tema programado "Técnica de pesquisas de cadastro e registro de direitos sobre terras e águas". Foi salientada a necessidade do conhecimento exato dos limites da propriedade territorial.

O representante do México informa que o cadastro não constitui um grave problema ao seu país. Outros representantes expõem, ligeiramente, a situação do cadastro e do registro de terra nos respectivos países. No Haiti, por exemplo, tanto o cadastro como o registro constituem problemas. A lei geral que rege a matéria somente em parte é aplicada, isto é, apenas alguns princípios gerais são levados à prática.

O exame do assunto pôs em evidência várias dificuldades inerentes à instituição e ao funcionamento do cadastro e do registro em diferentes países.

O PROGRAMA DE AMANHÃ

Quarta-feira, 27 — De acordo com o programa do Seminário, estão marcadas para amanhã as seguintes atividades:

MANHÃ

Das 9 e 30 às 10 horas — Sala "A" — Exposição inicial do Diretor de Agricultura da FAO, dr. F. T. Wahlen, sobre "Objetivos de uma política agrária racional".

Das 10 e 30 às 11 e 30 — Sala "A" — Conferência do dr. José Marull sobre "Informação necessária e organizações públicas requeridas para permanente avaliação dos recursos de terras e águas".

TARDE

Das 14 e 20 às 17 e 30 — Reunião dos Grupos de Trabalho 1, 2 e 3.



Na instalação dos trabalhos do 1.º Seminário Latino-Americano sobre Problemas da Terra, quando falava o sr. João Cleofas, Ministro da Agricultura